

O novo e o velho mundo: uma síntese comparativa dentro do debate teórico da história do urbanismo para a arqueologia

Marcio Luís Baúso de Figueiredo*

FIGUEIREDO, M.L.B. O novo e o velho mundo: uma síntese comparativa dentro do debate teórico da história do urbanismo para a arqueologia. R. Museu Arq. Etn., 31: 35-55, 2018.

Resumo: Este texto procura sintetizar o estado da arte das discussões teóricas sobre o desenvolvimento cultural do chamado processo civilizatório em relação ao processo do fenômeno urbano no mundo antigo. Visa debater a relação entre a proposta da Revolução Neolítica, a partir da lista qualitativa produzida pelo arqueólogo Gordon Childe no início do século XX, e sua relação intrínseca com o surgimento das cidades e dos processos de urbanização. Para tal, utilizaremos comparativamente vários modelos de ocupações entendidas como urbanas referentes ao Mediterrâneo, à Mesoamérica e aos Andes. Discutimos, assim, as principais visões na historiografia de alguns pontos específicos do desenvolvimento urbano das cidades gregas na Antiguidade em comparação com os processos ocorridos nos períodos Formativo e Tardio andinos.

Palavras-chave: Cidades antigas; Urbanização; Revolução Neolítica; Novo mundo; Velho mundo.

Introdução

Os conceitos ou definições de urbanismo e de cidade são passíveis de crítica da historiografia, principalmente devido à aplicação anacrônica destes aos fenômenos da Antiguidade. São difíceis de definir. No entanto, parece-nos cabível flexibilizar o alcance desses termos para nos referir conceitualmente aos aspectos da materialidade evidenciada no registro arqueológico e, da mesma forma, para definir que tipos de assentamentos urbanos

podem ou não ser adequados e referidos com essas terminologias.¹

Para Gordon Childe, a partir de um viés teórico evolutivo marxista, as cidades são símbolo e resultado de um processo que se denomina “Revolução Urbana” (Childe 2004). Significa um novo estágio econômico no processo evolutivo linear da história das sociedades humanas préindustriais, que do ponto de vista do marxismo teórico serve a todas as manifestações culturais da humanidade. Childe (2004), em seu texto de 1950, apresentou sua ideia de

*Doutor em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
<marciofigueiredo@usp.br>

1 Apresentamos inicialmente em que consiste a proposta teórica de Childe, para em seguida discutir brevemente o que é considerado urbano e cidade, e o que as diferenças e similitudes entre os diversos exemplos indicam dentro do debate teórico do início do processo de urbanização e seu subsequente desenvolvimento na antiguidade.

revolução em termos estruturais, econômicos e sociais, destacando que esta, em particular, foi acompanhada paralelamente pelo aumento populacional. Este teria sido gradual, passando por vários estágios evolutivos, mas acima de tudo resultou no que o autor denominou “Revolução Neolítica”. De acordo com Thomas C. Patterson e Charles E. Orser, Childe partiu das mudanças ocasionadas pela moderna Revolução Industrial e buscou demonstrar que outras grandes mudanças na história da humanidade ocorreram como resultado de outras revoluções ou eventos que geraram o avanço (progresso) da humanidade (Patterson & Orser 2004: 10).

O pensamento de Childe justifica o processo nos conceitos antropológicos de selvageria, barbárie e civilização, estágios pelos quais todas as sociedades humanas passariam para alcançar a meta de grupo civilizado. Essas categorias eram aplicadas às diversas sociedades humanas a partir dos seus métodos de obtenção de alimento (Childe 2004: 107108). Sociedades ditas selvagens são aquelas que vivem da caça, pesca e forragem. Bárbaros complementam essas práticas com agricultura e pastoreio incipientes. Finalmente, civilizados são o resultado da Revolução Neolítica, que proporcionou aos homens controle sobre suas bases de subsistência, intensificando as práticas da horticultura e pastoreio (Patterson & Orser 2004: 10).

Além da descoberta de técnicas para a agricultura, a Revolução Neolítica envolve o processo de sedentarização a partir do surgimento dos primeiros povoados e vilas, com adensamento das populações, resultado gradual do excedente da produção agrícola e do novo modo de vida sedentário.

Gordon Childe apresenta a mencionada lista qualitativa de atributos que conferem a uma dada sociedade (ou a cada sítio arqueológico) um caráter urbano e o status de cidade (decorrente do processo que denominou Revolução Urbana). A seguir apresentamos a lista de Childe na ordem elencada pelo texto “The Urban Revolution” (2004), acompanhada de algumas inferências que julgamos importantes para a nossa discussão:

(1) densidade populacional. Sinteticamente, a Revolução Urbana consiste no aumento de pessoas vivendo em um espaço próximo. Está

diretamente ligada ao suprimento de alimentos para toda essa população, condicionado pelas tecnologias de produção, ao transporte e à conservação, levando em consideração os aspectos da geografia e do ambiente habitado (Childe 2004: 108);

(2) especialização dos ofícios, possibilitada pelo excedente de produção. Especialistas concentrados 100% do tempo em suas atividades específicas sustentados pelo acúmulo de alimento produzido no campo pela prática da agricultura;

(3) concentração e controle dos excedentes em algum lugar, um centro, e/ou alguma figura social (chefia, rei, divindades etc.);

(4) monumentalidade. Entendida por Childe como símbolo da concentração e controle da produção e das práticas sociais;

(5) divisão social em classes, discrepância na redistribuição de recursos e divisão de tarefas físicas e intelectuais. Remete ao critério 2, de especialização do trabalho, agora também com a especialização das atividades sociais (aqui se insere o conflito de classes do marxismo teórico);

(6) e (7) desenvolvimento científico/tecnológico e sua relação com o uso de sistemas de recordação (escrita e sistemas numéricos). Childe destaca a importância dos calendários, que permitem melhor aproveitamento da agricultura;

(8) desenvolvimento artístico. Remete também aos itens 2 e 5;

(9) Desenvolvimento do comércio, importação de produtos exóticos e base das relações entre campo e cidade. O comércio nessa visão é uma das veias pulsantes desse modelo;

(10) Por fim, o sedentarismo. Torna possível o desenvolvimento de todos os outros itens e, logo, das cidades.

Assim, no pensamento de Childe os conceitos de civilização e cidade são interconectados, já que esse estágio possibilitaria o surgimento das primeiras cidades. Povos civilizados correspondem à organização de grandes assentamentos com expressiva densidade populacional – organização social em cidades.²

2 Nessa visão, cabe destacar que a grande diferença entre bárbaros e civilizados é que a Revolução Neolítica não cria a priori a Revolução Urbana. A produção de objetos manufaturados é doméstica e não há especialistas ou espaço para a divisão social do trabalho. No máximo

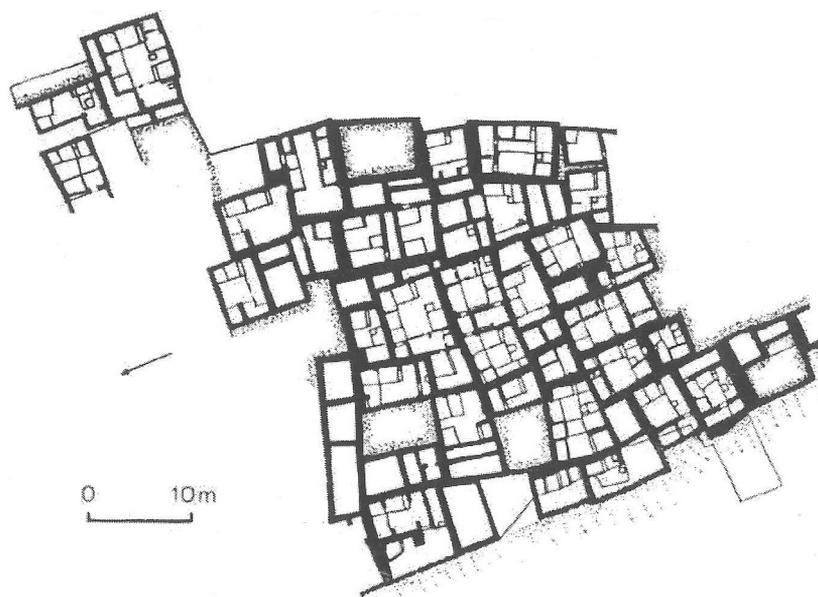


Fig. 1: Planta de Çatal Hüyük, com traçado semiortogonal que, de acordo com Smith, pode surgir na ausência de um planejamento central. Destaque para o adensamento nucleado da ocupação no espaço, sugerindo também densidade populacional.

Fonte: Smith (2010: 13).

Anteriormente a Childe, Fustel de Coulanges discutiu o surgimento da cidade antiga por outra via (1864), e em sua obra a relaciona intrinsecamente com a religiosidade:

A tribo, como a família e a fratria, estava constituída para ser um corpo independente, porque tinha culto especial, do qual os estranhos eram excluídos [...] Mas, assim como várias fratrias se haviam unido em uma tribo, várias tribos puderam associarse entre si, com a condição de que o culto de cada uma fosse respeitado. No dia em que se fez essa aliança, a cidade começou a existir (Coulanges 2006: 111).

existem semiespecialistas ou especialistas itinerantes, que migram de aldeia em aldeia. Nesse estágio intensificam-se o número de pequenas vilas e comunidades, mas não necessariamente cidades (Childe 2004: 109-111). No entanto, o exemplo de Çatal Hüyük (sítio neolítico na atual Turquia) coloca em xeque essa observação, já que apresenta uma grande densidade e um suposto planejamento em seu assentamento, como podemos ver na Fig. 1. Da mesma maneira, os estudos antropológicos atuais apresentam maior complexidade na definição e adequação de categorias de especialistas nas sociedades ditas primitivas, muito discutidas na obra de Pierre Clastres (1982).

Para o autor, a cidade não é um ajuntamento de indivíduos. É uma confederação de vários grupos, separados em cultos domésticos e dos antepassados constituídos antes dela, que em determinado momento dão espaço ao seu surgimento. Uma vez que as famílias concordavam em se unir e adotar o mesmo culto, logo se fundava a cidade, para ser o santuário desse culto comum. Também a fundação de uma cidade sempre constituiu um ato religioso. Ele afirma que cidade e urbe não eram palavras sinônimas entre os antigos. A cidade era a associação religiosa/política das famílias e tribos, enquanto urbe era o lugar de reunião, o domicílio e, sobretudo, o santuário dessa associação (Coulanges 2006: 117-118).

Pode-se dizer então que, para Fustel de Coulanges, a religião é o elemento-chave para o surgimento das cidades. Essa visão estabelece prioridades acerca do surgimento das cidades, dissociadas da visão posterior de Childe acerca das revoluções neolítica e urbana, determinadas acima de tudo por fatores econômicos expostos em sua lista qualitativa. Consideramos essa

comparação acima de tudo um exercício para ilustrar diferenças de linhas de pensamentos em épocas distintas. Resgatamos em Coulanges alguns aspectos que parecem ausentes de muitas análises marcadas por critérios específicos para definição do conceito cidade.

Max Weber, por sua vez, produziu um longo ensaio sobre a composição das cidades antigas em comparação com as cidades medievais e definiu os critérios que um assentamento humano deve possuir para ser uma cidade: (1) área defensiva; (2) um mercado; (3) leis e tribunais; (4) decisões políticas; e (5) autonomia ao menos parcial (Hansen 2000: 12). Para Weber, com base na síntese de Hansen, cidade é um assentamento que apresenta certo grau de densidade e recusa ocupações dispersas ao longo de um território. O sustento da cidade está pautado na produção industrial/artesanal e no comércio, possibilitando trocas pelos alimentos que não são produzidos pelos membros da cidade (Hansen 2000: 11-12).

Frank Kolb também estabelece critérios para a definição de o que é uma cidade:

(1) unidade topográfica e administrativa do assentamento; (2) população de vários milhares de habitantes; (3) divisão do trabalho e diferenciação social bem definida; (4) diversidade de construções; (5) modo de vida urbano; (6) função do assentamento como centro de um entorno (Kolb 1992: 15). Ainda que não apresentem todas essas condições, a presença ou ausência de tais critérios define, na obra de Kolb, que tipos de assentamentos urbanos ele considera cidades no mundo antigo, dando destaque as funções econômicas (Kolb 1992: 15).

Mogens H. Hansen (2000) discute exaustivamente a relação entre urbanismo, Estado e cidades-Estado. Assume a premissa da teoria evolutiva da urbanização e do Estado em que da revolução agrária resultam o sedentarismo e o crescimento populacional,

fatores que, novamente, pavimentaram o caminho para a urbanização assim como para a formação do Estado. Que essa evolução é universal pode ser suportado na observação de que, como a urbanização, a formação do Estado parece ter emergido independentemente [além

do mundo clássico ocidental] em sete regiões diferentes, Mesopotâmia, Egito, Índia, China, África, Mesoamérica e América do Sul (Hansen 2000: 14).

O autor relaciona ambos os processos de urbanização e formação do estado levando em consideração casos como a Escandinávia (durante a Idade Média), em que o Estado surge antes do processo de urbanização. Logo, pressupõe que em diferentes contextos o surgimento do Estado poderia preceder o processo de urbanização, ideia que contrapõe a seu modo a mesma lógica evolucionista do desenvolvimento que se utiliza – que entende a complexidade social e política como resultado das relações econômicas e da urbanização. De toda maneira, ambos os processos são apresentados de forma a supor uma relação intrínseca entre eles no pensamento de Hansen.

Cidades e urbanização no Mediterrâneo Antigo

Com base na síntese de Beatriz Florenzano em “Cidade e território na Grécia antiga: organização do espaço e sociedade” (2009), entendemos que, na perspectiva de Finley, aldeias, vilarejos, pequenos e grandes núcleos urbanos podem ser chamados de cidade. Ele assume, portanto, que o mundo grego era conformado por cidades (Finley 1977: 3 *apud* Florenzano 2009: 8). O autor não é adepto da criação de um conceito que sirva para todas as cidades, já que nem sempre é possível incluir todas as variáveis sem excluir períodos e processos históricos em que existiram (Finley 1977: 6 *apud* Florenzano 2009: 8).

Ainda com base na síntese de Florenzano, Levi trata o fenômeno urbano de forma complexa. Para este autor, assim como para Finley, estabelecer critérios para definir o que é uma cidade não oferece respostas significativas para uma compreensão, ou mesmo explicação, do fenômeno:

Em verdade, o conceito de cidade é tão complexo que as causas da fundação, do crescimento e do abandono de uma cidade não podem ser estudadas sem se ter presente que,

na história, não existe apenas racionalidade e coerência entre premissas e consequências e, portanto, as explicações unívocas não resistem e também não os fenômenos análogos em tudo e classificáveis (Levi 1989: 38 apud Florenzano 2009: 8).

No caso do mundo grego, o surgimento das cidades e o processo urbano têm suas especificidades. Muitas vezes, as cidades gregas são traduzidas como cidades-Estado ou como pólis. No entanto, ambos Whitley (2010) e Kolb (1992) criticam essa associação direta, tradução ou correspondência do termo pólis como uma cidade ou cidade-Estado. Destacam que os gregos na Antiguidade se referiam ao assentamento urbano de uma pólis como ásty, que necessariamente não carrega os componentes jurídicos e as dimensões políticas da pólis.

Ásty consistiria no núcleo urbano que cerca a acrópole. Suas áreas centrais caracterizam-se pela ágora, entre outros edifícios de caráter público que abrigavam as atividades comunitárias e os templos das divindades. Também apresenta áreas residenciais (de diversos tamanhos e densidades). Muitas vezes, a existência de muros com suas respectivas portas circundando o núcleo da ásty são evidenciados no registro arqueológico.

Da mesma maneira, nos dois autores entendemos que o desenvolvimento urbano, o surgimento das cidades e da pólis são processos paralelos distintos, que às vezes se confundem. Kolb, particularmente, faz um extenso tratado discutindo as fontes históricas e arqueológicas. Demonstra que o fenômeno pólis não necessariamente envolve o desenvolvimento de um processo urbano que culmina em uma cidade.

Descrito por Pausânias (escritor grego do século II d.C.), o exemplo de Panopeo (aldeia da Grécia central) é interessante. No pequeno núcleo urbano não há edifícios públicos, bem como não se apresentam as funções tradicionalmente atribuídas às cidades. Ainda assim é considerada uma pólis, por sua fronteira territorial que a separa de seus vizinhos, bem como por sua representação política própria na assembleia Fócia. É assim considerada na visão de Frank Kolb, por ter um governo próprio e autônomo com um território

fixo (Kolb 1992: 61). Assim, diversas cidades poderiam pertencer a uma única pólis como, por exemplo, o caso do *sinecismo* de Argos e Corinto no século IV a.C.

Whitley, especificamente, reforça o surgimento da casta guerreira *hoplita* como um marco social da pólis; a reforma *hoplita* teria sido, em sua opinião, o catalisador das reformas políticas que geraram as póleis. Logo, o surgimento destas estaria entre os séculos VIII e VII a.C. (posterior ao início dos fenômenos urbanos). Em nossa opinião, talvez seja um processo histórico de formação contínuo, pois imaginamos que a pólis do século VIII não é exatamente a do século IV a.C. clássico, ou a do século II d.C. de Pausânias. Todavia, para o autor trata-se acima de tudo de uma ideologia cidadã, e em confluência com a visão de Kolb, a pólis reflete comunidades que se autogovernam. Incluem, portanto, pequenas comunidades rurais pouco ou nada urbanas.³

De acordo com Beatriz Florenzano (2009: 9) o assentamento urbano (ásty) e todas as suas construções e características “não necessariamente são os únicos componentes da cidade, no seu sentido de pólis”. Incluindo o território além do assentamento urbano (*khóra*), “a pólis era acima de tudo, uma concepção política. Quem constituía a pólis era a comunidade dos cidadãos (os *polités*), muito mais do que um centro urbano com todas as suas construções ou com suas fronteiras territoriais” (Florenzano 2009: 9). Com base nos textos referidos anteriormente, entendemos por *khóra* o território exterior aos núcleos urbanos pertencentes as póleis gregas. Trata-se da zona rural controlada por uma pólis. A *khóra* muitas vezes foi posta em uma posição periférica à pólis na historiografia, que privilegiou o olhar sobre os assentamentos urbanos propriamente ditos. No entanto, é crucial entender que esse espaço (*khóra*) era parte estruturante desse conjunto que forma a cidade grega antiga.

3 O Período Clássico tem certa complexidade nessas relações de poder evidenciadas pela liderança de Atenas na Liga de Delos e de Esparta na Liga do Peloponeso durante o conflito bélico entre ambas no século V a.C.

No projeto Labeca 2010-2014, citando Brunet (2000 *apud* Labeca, 2010: 7), vimos que

no decorrer da época clássica e no início do Período Helenístico ocorreu o auge da ocupação rural em todo o mundo grego, o que significa que uma parte considerável da população das pólis vivia nos séculos IV e III a.C. no campo e não nos núcleos urbanos.

Muitos autores partiram do princípio de que a ênfase na produção de alimentos de uma população grega predominantemente camponesa em sociedades pré-industriais automaticamente expressaria níveis muito baixos de desenvolvimento urbano (Gat 2000: 126).

Como citado acima, tanto Whitley quanto Kolb discutem em seus textos quando surgem as primeiras cidades gregas. Azar Gat (2000: 126), em seu trabalho com base nos textos de Starr (1977), Snodgrass (1991), Morris (1991) e Hansen (1993) afirma que a intensificação do processo gradual de urbanização é paralela à formação da pólis, e assim como Whitley e Kolb, situa-a no Período Arcaico (750/500 a.C.).

Para ele, os esforços de Hansen de 1990 a 2000 resultaram em demonstrar que, apesar da ênfase da produção de alimentos nas pólis, estas tiveram alto grau de urbanização (Gat 2000: 126). Compreende-se que os camponeses também viviam dentro das cidades em muitos casos.

O exemplo de Atenas (Fig. 2) é interessante, pois mesmo sendo reconhecida pela historiografia antiga como a grande referência da pólis e da cidade grega, apresenta algumas singularidades. Tucídides (século V a.C.) narra que a maioria dos atenienses eram camponeses dedicados à agricultura e viviam no campo no momento imediatamente anterior à Guerra do Peloponeso (Gat 2000: 127). Ao mesmo tempo, Atenas era uma das cidades gregas mais industrializadas e comerciais (inclusive importava grandes quantidades de alimento) e detinha um território extenso (se considerado o território médio das pólis gregas e de outros modelos de cidades-Estado do mundo antigo) (Gat 2000: 127). Significa que para entender o núcleo urbano ateniense devemos levar em conta a interação com esse vasto território (um modelo de cidade e de processo de urbanização menos rígido em si).

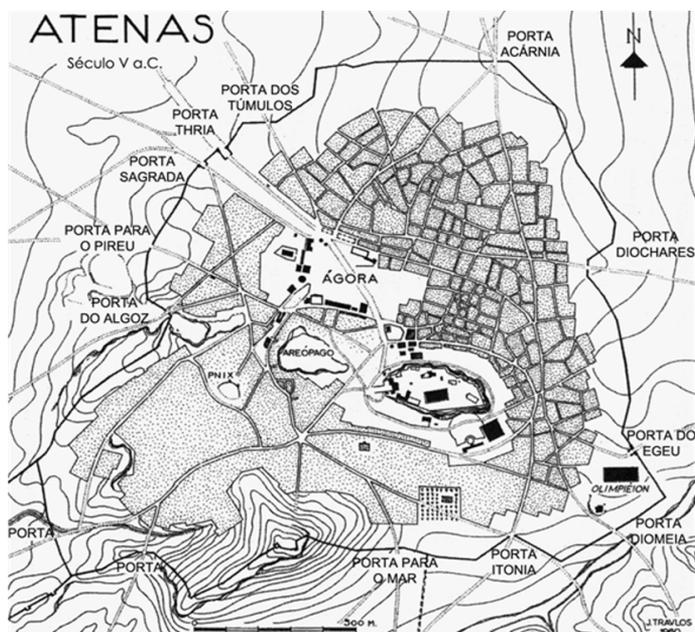


Fig. 2. A planta da cidade de Atenas é uma referência das cidades gregas planejadas em torno da acrópole. Seu traçado é irregular e acompanha a paisagem. É um centro urbano nucleado e povoado com áreas residenciais.

Fonte: imagem cedida por Maria Beatriz Florenzano.

Azar Gat (2000) também levanta questões sobre a origem defensiva do processo de urbanização. Parece-nos que o autor propõe algo similar à linha de Weber apresentada anteriormente com base em Hansen (2000: 11-12), o qual determina o caráter defensivo das cidades como seu primeiro critério. Optamos por não discutir essa visão, dada a complexidade e extensão das questões propostas. No entanto, destacamos a recorrência das muralhas e portões como uma constante no registro arqueológico, ao menos no entorno das zonas urbanas nucleadas. Aachamos pertinente propor que, no caso de Atenas, não parece estranha a construção de uma grande muralha na sua hinterlândia no Período Clássico. Para nós, talvez demonstre o quanto a cidade se estende na ocupação do território e o quanto as tensões políticas com seus vizinhos (especialmente Corinto) eram latentes.

Outras diferenças apresentam-se no processo de urbanização e do planejamento urbano no Mediterrâneo antigo, por outras causas, como o longo texto de Kolb nos informa (do Arcaico ao Período Helenístico). Kolb apresenta dados da Grécia Balcânica e das colônias ocidentais e orientais. Além da questão da pólis, discute nos exemplos citados os processos de desenvolvimento urbano, em que parece atentar bastante ao comércio e à produção especializada. Apresenta também uma discussão sobre os modelos de planejamento urbano, que retomaremos adiante.

Hans Georg Niemeyer (2000: 100) atenta para as diferenças entre o urbanismo das colônias gregas da Magna Grécia e as colônias fenícias no Mediterrâneo, por suas intenções coloniais. Para o autor, as colônias fenícias tinham um caráter de ocupação para estabelecimento de rotas comerciais. Por outro lado, as gregas da Sicília e do Sul da Itália apresentam uma ocupação em busca de terras para o cultivo. Especificamente Cartago, na visão do autor, caracteriza-se de forma bem distinta das outras colônias fenícias, e por isso apresenta um modelo urbano diferenciado, que consequentemente a levou a uma importância significativa no contexto político do Mediterrâneo antigo.

Cidades e planejamento urbano

Dentre muitas definições de cidade e urbanismo, destacamos e tomamos como referência neste trabalho os conceitos de Michael E. Smith (2010). O autor faz uma definição funcional, em que “assentamentos urbanos são entendidos como centros cujas atividades e diversas instituições – sejam econômica, administrativa ou religiosa – afetam vastamente o interior” (Smith 2010: 3). As cidades, portanto, são consideradas grandes centros urbanos que promovem uma diversificada gama de atividades e funções, enquanto os centros urbanos que concentram menos funções ou as apresentam em menor escala podem ser classificados como povoados.

A maioria das cidades antigas ainda é classificada como não planejada (Smith 2010: 1). Como proposto por Adam T. Smith (2003 *apud* Smith 2010: 3), tratar como orgânico o processo das cidades irregulares se confunde com uma variação cultural e estética do planejamento urbano como os exemplos das Figs. 1, 2 e 3. Ou seja, crescimento orgânico não é ausência total de planejamento, mas sim consequência de escolhas ou ênfase cultural em determinados atributos ou funções. Além disso, cidades planejadas, com o tempo, podem apresentar um caráter de organização irregular. Também em palavras de M. E. Smith, “mais planejada pode referir-se ao grau de coordenação e de padronização” (Smith 2010: 6), e não necessariamente a redes viárias e lotes ortogonais; “existem graus de ortogonalidade, tal como existem graus de coordenação ou formalidade” (Smith 2010: 13).

De acordo com M. E. Smith (2010: 1), devemos “ir além da visão tradicional de planejamento da cidade antiga por meio de uma rejeição de esquemas dicotômicos (planejadas vs. não planejadas) em favor de uma ponderação de princípios espaciais para além do traçado ortogonal”. Para o autor, tratar o traçado ortogonal, princípio ocidental moderno e contemporâneo para o planejamento de cidades, como único tipo válido de planejamento urbano é etnocêntrico e ignora a diversidade produzida por uma grande pluralidade de povos da antiguidade. Modelos

ortogonais surgem na antiguidade, como exemplificado pelas Figs. 4A e 4B, mas não são uma regra para o desenvolvimento urbano, da

mesma maneira que nem sempre são as escolhas mais pertinentes em qualquer situação, como exemplificado nas Figs. 5A e 5B.



Fig. 3. Planta de Delos, apresentando traçado ortogonal irregular.
Fonte: Kolb (1992: 138).

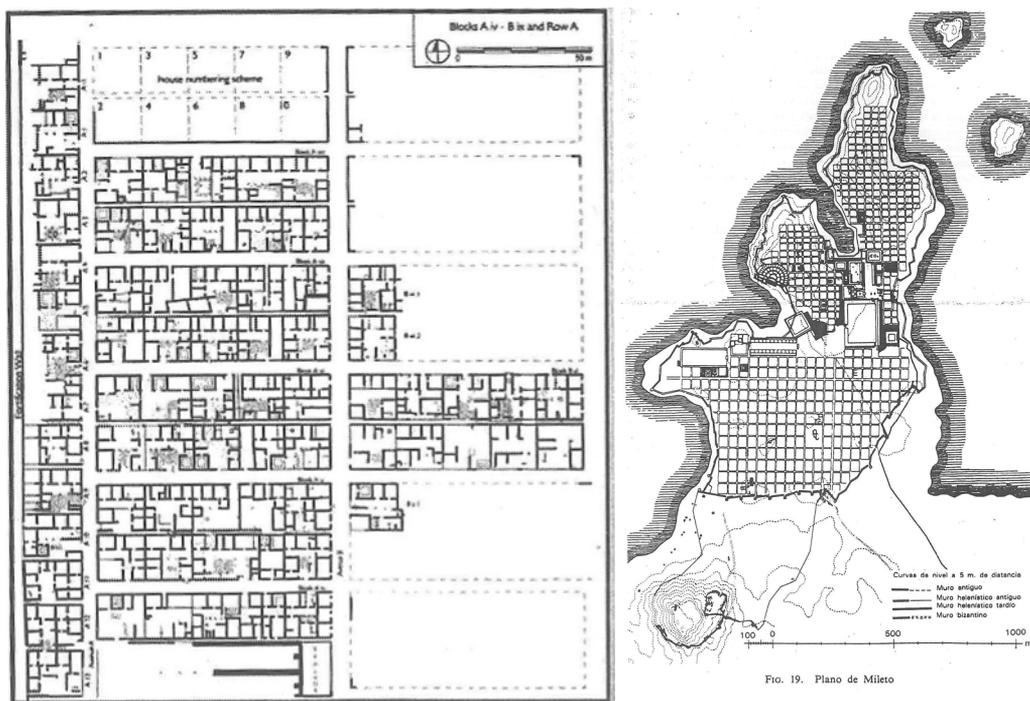


Fig. 4. Imagem de plantas com traçado ortogonal regular, também chamado plano ortogonal modular. Apesar de um tanto raro, ocorre em diversas cidades na Antiguidade, como Olinto na Fig. 4A, comumente associada aos acampamentos militares, colônias e centros administrativos provinciais. Também ocorre em cidades gregas e helenísticas. Na Fig. 4B, vê-se a planta da Nova Mileto reconstruída após sua destruição pelos persas em 494 a.C. Consiste em um traçado ortogonal bem definido, como no caso de Olinto.

Fonte: Fig. 4A (Smith 2010: 17), Fig. 4B (Kolb 1992: 117).

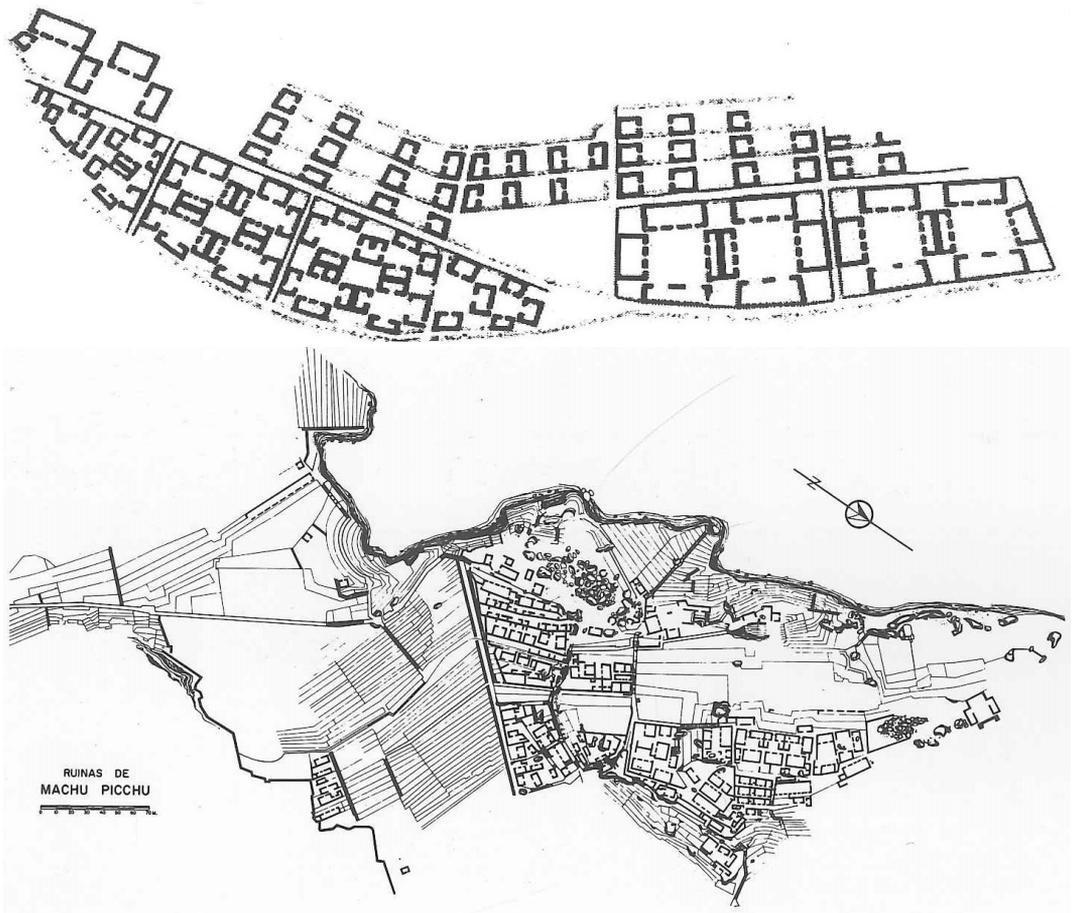


Fig. 5. Plantas de cidades incas referentes ao modelo de planejamento ortogonal distorcido, criando ao menos duas ou mais zonas ortogonalmente planejadas. A distorção no plano ortogonal pode ter diversas razões: adaptação ao relevo, estética, cosmografia, alinhamento astronômico, entre outras. A Fig. 5A é planta distorcida de Patallaqta, e a Fig. 5B o plano ortogonal distorcido de Machu Picchu; literalmente adaptadas ao relevo da montanha e, de acordo com alguns estudos, também por questões cosmológicas ou cerimoniais.

Fonte: Fig. 5A (Smith 2010: 16), Fig. 5B (Morris 1999: 38).

Isso significa ir além da relação dicotômica entre crescimento orgânico não planejado de um lado e traçado ortogonal e padronização como consequência de planejamento de outro. Nessa abordagem, o conceito de coordenação entre as edificações e os espaços bem como a padronização das formas urbanas (por exemplo o estilo e a composição arquitetônica) são tratados como evidência de planejamento. Permite, inclusive, verificar a variação no grau de planejamento e, em alguns casos, definir com mais propriedade as funções de um assentamento.

A discussão para o Novo Mundo

Craig Morris chama de “urbanismo obrigado” centros urbanos que surgiram como produto da “planificação estatal centralizadora” inca nos Andes (Figs. 5A, 5B, 6A e 6B). O autor contrapõe a planificação com o surgimento “orgânico”, como consequência das necessidades estatais (Santillana 2013: 23). Não significa, porém, que qualquer centro urbano planejado (pensando na flexibilidade do conceito apresentada anteriormente na proposta de Smith), especialmente os materializados em

grades ortogonais ou semiortogonais, sejam produtos das necessidades de um Estado com tendências centralizadoras.⁴

4 Inclusive, o grau de centralização política e administrativa alcançado pelos incas é questionável. Fenômenos urbanos como esses não necessariamente são uma regra imposta em todas as suas fundações. Da mesma maneira, não é comum verificar pela arqueologia

Acreditamos que outras funções e concepções, até mesmo estéticas, podem contribuir para essa diversidade de tipos de organização espacial.

a modificação dos planos urbanos existentes e/ou a intensificação desse tipo de assentamento em territórios conquistados pelos incas nos séculos XV e XVI.

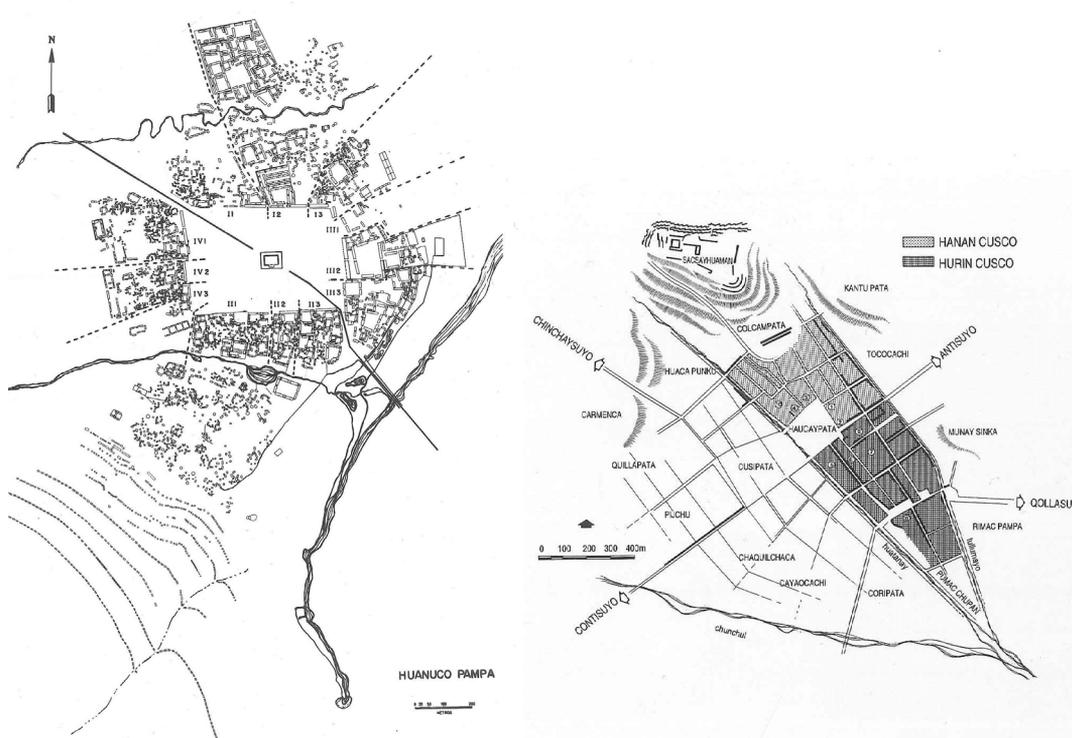


Fig. 6A. Planta planejada semiortogonal de Huánuco Pampa, suposto centro administrativo e residencial nucleado na serra central do Peru, construído pelos incas. Apresenta divisão espacial dual e tetrapartite projetada a partir da praça central e em referência ao Quapac Ñan (caminho inca) e ao sistema de ceques cusquenho. Fig. 6B. Planta de Cusco, apresenta divisão espacial dual, Hanan (acima) e Hurin (abaixo), e tetrapartição a partir do eixo central do Coricancha (“recinto do ouro” – grande templo do Sol), projetada a partir da praça central e ao sistema de ceques cusquenho, organizando seus planos ortogonais em relação às quatro regiões do Tahuantinsuyu (Contisuyu eixo sul/sudoeste; Collasuyu eixo sul/sudeste; Chinchaysuyu eixo norte/noroeste; Antisuyu eixo Norte/Nordeste).

Fonte: Morris (1999: 43, 50).

Como atesta Craig Morris (1999: 43-45), não existiram regras estritas para a planificação urbana inca (mesmo as cidades fundadas à imagem de Cusco se diferenciam da capital e entre si). No entanto, é uma constante vista na própria divisão radial de Huánuco Pampa (Fig. 6A) ou mesmo de Cusco (Fig. 6B), divisão em metades, um exemplo inca do conceito de dualidade da cosmovisão,

expresso no espaço físico e na concepção de seus centros urbanos; modelo de ocupação espacial que remete à cosmologia e ao próprio modelo de organização social estudado por Maria Rostworowski em *Estructuras andinas del poder* (2007). Logo, de acordo com Craig Morris (1999: 44), apesar da inexistência de um modelo único para os assentamentos incaicos, não há dúvidas de

que Huánuco Pampa apresenta um planejamento complexo pré-concebido dentro desses princípios da cosmovisão.

Nos estudos da Mesoamérica, Nikolai Grube desconstrói a visão tradicional das cidades-Estado maias como “centros cerimoniais vagos” (Fig. 7). Ele faz a crítica da proposta de Eric Thompson de que a cidade maia não poderia ser de forma alguma uma cidade – centro cerimonial não urbano e parcialmente habitado (Grube 2000: 553). O autor apresenta que o estudo sistemático sobre os assentamentos

maiias tem demonstrado uma densidade populacional muito elevada, correspondente a 10.000 pessoas para mais. Porém, é dispersa e não nucleada a área monumental das *plazas* e pirâmides (consideradas pela historiografia tradicional como centro dos núcleos urbanos). Muitos desses assentamentos dispersos apresentam, inclusive, especialização da produção, e a existência de pequenos núcleos residenciais esparsos (de duas a seis casas reunidas em torno de um pátio), associados à produção agrícola (Grube 2000: 554-556).

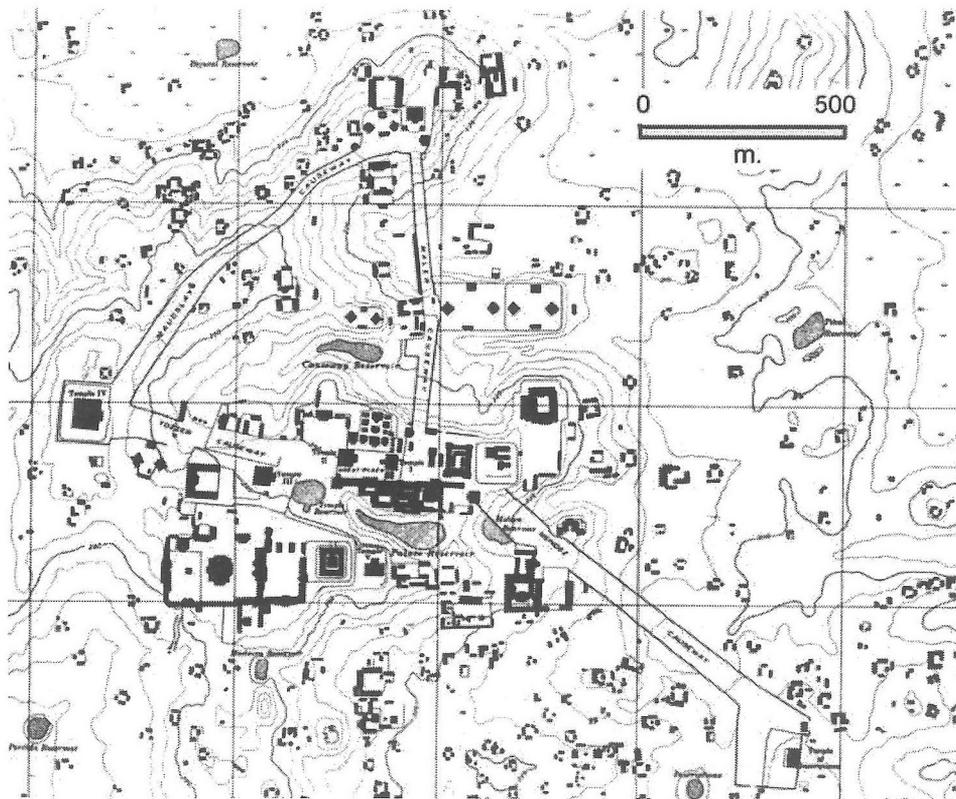


Fig. 7. Planta de Tikal, representando plano ocupacional planejado disperso do Período Clássico maia. A arquitetura pública concentra-se no bairro central ou epicentro. Consiste em um modelo de planejamento restrito ao epicentro (geralmente preenchido pela arquitetura monumental, templos, palácios, possivelmente outras vivendas de elite, ateliers e praças), enquanto a ocupação residencial se dá de forma dispersa e aparentemente não planejada ao longo do território.

Fonte: Smith 2010: 24.

As discussões de Michael D. Lind no caso mixteca apresentam uma configuração parecida de dispersão ocupacional no território, mas com

suas especificidades. Tipicamente as cidades mixtecas localizam-se em áreas de montanha, apresentando o palácio do governante e um

conjunto de templos no entorno de uma praça central (lembrando uma acrópole), e as casas dos residentes encontram-se separadas nas partes mais baixas, padrão que parece se repetir inclusive em comunidades pequenas subordinadas aos centros maiores (Lind 2000: 572).

Na Mesoamérica também há evidências de mercados e atividade comercial intensa em muitos dos assentamentos maiores. Do ponto de vista da densidade populacional, como já citado, os centros urbanos em conjunto com seus territórios adjacentes eram intensamente povoados, apesar da dispersão das unidades domésticas. Algo que dificulta a interpretação, também na arqueologia peruana, para identificação desses povoados e das unidades residenciais nos centros urbanos é o tipo de material construtivo. As estruturas monumentais em pedra e mesmo em barro são facilmente evidenciadas (e foco das escavações e estudos arqueológicos), enquanto moradias rústicas, menores, feitas de materiais perecíveis não deixam marcas tão evidentes e, logo, também não recebem atenção por muitos arqueólogos. Além disso, é evidente no caso do Peru, no contexto atual, que muitas dessas áreas periféricas às *huacas* (referindo-se especialmente às plataformas piramidais de barro e tijolos de adobe) são ocupadas por extensos campos da agricultura e das ocupações urbanas modernas, impedindo o trabalho arqueológico sistemático, consequentemente destruindo vestígios arqueológicos que certamente contribuiriam de maneira significativa para a compreensão do referido contexto.

De acordo com John V. Murra (1989: 62) em *La organización económica del Estado inca*, não se construíam aldeias em locais em que o terreno era fértil e propício ao cultivo, e as moradias estavam dispersas entre os campos de cultivo e *andenes*.⁵

5 Nichos de cultivo construídos em harmonia com a natureza, acoplados ao longo da encosta das colinas de forma escalonada e incrementada por complexos canais de irrigação. Técnica de engenharia muito tradicional nas ocupações serranas dos Andes Centrais e intensamente utilizada durante o Horizonte Tardio Inca (Santillana 1999).

Outro fator importante ao estudo das especificidades dos processos de urbanização do mundo antigo está na interação com o meio ambiente. As questões postas pela geografia e os fenômenos climáticos geraram uma grande diversidade de tradições culturais regionais no Peru antigo (Canziani 2012: 35). O mesmo é verificável para a Mesoamérica, o Mediterrâneo, o Oriente próximo e o extremo Oriente. E, em nossa opinião, aparentemente cada povo termina por gerar respostas um tanto próprias (inclusive aos processos sociais e históricos), quando comparadas, a situações ambientais similares.

No que se refere aos pontos elencados da lista qualitativa de Gordon Childe e sua lógica para o desenvolvimento da civilização, quando aplicados ao Peru Antigo, apresentam-se de forma muito peculiar. Durante o Período Pré-cerâmico Tardio (aproximadamente entre 3000-1800 a.C.),⁶ foram produzidas estruturas monumentais, que sugerem um alto grau de organização das forças produtivas do trabalho (gerenciamento de recursos e de mão de obra).⁷ Na visão de Richard Burger, esse período apresenta dados que sugerem a construção monumental possivelmente desvinculada de aparatos coercitivos de Estados, e os princípios da cosmovisão dessas sociedades teriam servido de estímulo para a construção dos centros cerimoniais e canais de irrigação

6 Cabe destacar que a cronologia relativa para os Andes Centrais tem sido debatida com vistas à incorporar novos conhecimentos sobre o processo do desenvolvimento social, para além do marco da presença ou ausência da tecnologia cerâmica. Para alguns autores como Alva Meneses (2012: 14), o período em questão, Formativo Inicial, corresponde ao florescimento de outros marcos dos desenvolvimentos sociais e culturais das sociedades andinas ao longo do tempo. Como padronização, ao longo deste trabalho estamos referindo aos períodos do quadro cronológico de J. H. Rowe para facilitar a leitura, tendo em vista a complexidade do debate terminológico e das variações de datações absolutas para os Andes Centrais.

7 Subtende-se um conhecimento técnico especializado de engenharia e arquitetura por parte de grupos e ou de indivíduos capacitados para o desenvolvimento desses grandes projetos.

para o desenvolvimento da agricultura (Burger 1992: 28).⁸

No Pré-cerâmico não existem evidências materiais sólidas que apontem para a distinção social hierárquica. De acordo com Burger (1992: 35),

em muitas sociedades, quanto maiores são as diferenciações social e econômica, maiores são os números de objetos materiais que representam essas diferenças de status. A ausência de tais marcadores no Pré-cerâmico, reciprocamente, sugere que o grau de diferenciação tenha sido muito pequeno.

Conclui que o prestígio social nesse tipo de sociedade era medido pela “generosidade, conhecimento do sagrado e pela sua capacidade de mobilizar mão de obra [...] uma ideologia que sustentava que a comunidade, e não o indivíduo, detinha e controlava os recursos críticos” (Burger 1992: 37). Para Michael Moseley, a organização se deu em um tipo de sistema de cargos. Indivíduos capacitados alternavam-se em tradicionais posições hierárquicas de liderança. Tal modelo difere de sistemas em que uma classe de elite herda os postos, como é observado posteriormente em sociedades andinas como, por exemplo, a dos incas (Moseley 1992: 107).

Em nossa dissertação de mestrado (Figueiredo 2014), questionamos correlatos de uma reflexão que nos fazem automaticamente associar certos comportamentos ou padrões sociais às chamadas “sociedades igualitárias”. Perguntamo-nos se devemos assim definir as sociedades do passado nas quais há uma suposta ausência de vestígios arqueológicos que inferem discrepância na distribuição dos recursos materiais. A vida em sociedade é marcada por conflitos também, por exemplo, de questões de gênero, de idade, de direito à palavra (também como de discurso político) etc.⁹

⁸ Segundo Michael Moseley, as representações iconográficas desse período estavam cercadas de conhecimentos e crenças religiosas, elementochave para a comunicação simbólica inteligível para todos (Moseley 1992: 109).

⁹ Sobre o assunto, tratamos com maior profundidade em nossa dissertação de mestrado (Figueiredo 2014).

O caso de Caral, aproximadamente 4500 anos A.P., é interessante para essa reflexão. Trata-se de um complexo de pirâmides escalonadas de proporções monumentais construídas em pedra e barro. A arquitetura de Caral apresenta um refinado conhecimento técnico de engenharia e supõe um esforço na organização da mão de obra para a conclusão do projeto. Trata-se de um conhecimento técnico muito refinado, não apenas nas escolhas das tecnologias para a construção da obra, incluindo técnicas antissísmicas, o que reflete um conhecimento profundo da geografia e dos fenômenos naturais próprios da região. Encontrado no registro arqueológico, o uso de redes de algodão e pedras foram utilizadas para reforçar a estabilidade das pirâmides em casos de terremoto. Com isso pode-se inferir o domínio da domesticação e do cultivo do algodão e a importância de seu uso já nesse período para o desenvolvimento cultural e social nos Andes Centrais.

Destacamos também a ausência da cerâmica em Caral, usualmente associada ao desenvolvimento da agricultura com o estoque e a circulação de excedentes, que possibilitariam, na proposta teórica tradicional com base em Childe (2004), o surgimento do modo de vida urbano. Em nossa opinião, a ausência da cerâmica pode ser melhor entendida como uma escolha do que um desconhecimento tecnológico, reforçada pelo fato de que além do domínio do conhecimento da tecnologia arquitetônica em barro, o posterior uso da cerâmica nos Andes Centrais parece estar correlacionado à produção de bens de prestígio com um refinado conhecimento técnico, visível na cerâmica formativa chavín, cupisnique, entre outras.

Com base em José Canziani (2012: 76-77), a maior peculiaridade desse sítio jaz no fato de que nenhum núcleo urbano foi encontrado dentro ou perto desse centro cerimonial contendo moradias ou oficinas de produção.¹⁰

¹⁰ Exceto por algumas pequenas estruturas adjacentes a algumas pirâmides, que foram interpretadas como moradias, mas podem ser, na verdade, pequenos locais de culto. Nesses recintos foram encontrados vestígios de oferendas de alimentos que foram queimados nos locais.

Da mesma maneira não foram encontrados cemitérios que possibilitem inferir o grau de hierarquia social e de controle da produção. Na análise de Canziani (2012: 77), seria inapropriado o uso do termo cidade para Caral por seu incipiente urbanismo, tendo em vista que não apresenta as características e sequer alcança as dimensões quantitativas e qualitativas que se espera dessa categoria de assentamento urbano. Em suma, Caral em todo o seu esplendor deixa muitas perguntas e aquece o debate teórico sobre os critérios necessários para o desenvolvimento cultural e do urbanismo na Antiguidade, principalmente pela presença da monumentalidade e sua intrínseca relação com o desenvolvimento da agricultura intensiva e o desenvolvimento social (pensando nos critérios marxistas de Gordon Childe sobre o surgimento de Estados e das elites e dos conflitos de classe).

Outros sítios do Período Pré-cerâmico da costa peruana como, por exemplo, Ventarrón, em Lambayeque (aproximadamente 2700 a.C.), apresentam o mesmo correlato: monumentalidade anterior ao uso da cerâmica, falta de evidências materiais de estratigrafia social e ausência de desenvolvimento de núcleos urbanos com especialização do trabalho. A interpretação do arqueólogo Ignacio Alva Meneses sobre a complexidade social em Ventarrón expõe a importância dos modelos cosmológicos visíveis na iconografia dos períodos posteriores, com ênfase na relação simbólica da paisagem local e do mundo natural (Alva Meneses 2012).

Aproximadamente 3000 anos depois de Caral e Ventarrón, a cultura mochica na costa norteperuana apresenta evidências materiais de uma sociedade altamente hierarquizada, com base no controle ideológico por parte de elites especializadas em relação às estruturas sociais e os meios de produção (Castillo 2006: 129130). Os contextos funerários e de oferendas mochica caracterizam-se por uma abundância de objetos de prestígio, apresentando considerável disparidade nas quantidades de artefatos suntuosos depositados nas tumbas de indivíduos das elites em comparação aos enterramentos da população comum.

A partir de tais evidências, pode-se inferir a diferenciação social.

José Canziani (2012) apresenta um modelo evolutivo que dialoga a todo momento com as premissas de Childe, com grande influência da obra de Luis Guillermo Lumbreras (1972). Apesar da existência anterior da monumentalidade em Caral, Ventarrón e outros sítios, nessa visão é entre o Período Cerâmico Inicial (aproximadamente entre 1800-1200 a.C.) e o Horizonte Inicial (aproximadamente entre 1200-500 a.C.) da cronologia de Rowe que o urbanismo se desenvolve de fato, a partir da especialização do trabalho e do início das estruturas de poder (Canziani 2012: 95100). Para o Período dos Estados Regionais, ou Período Intermediário Inicial (aproximadamente entre 500 a.C. a 700 d.C.) na cronologia de John H. Rowe, com o exemplo mochica, Canziani associa ao Estado o surgimento das primeiras cidades, destacando a “interdependência existente entre a cidade e as organizações políticas, ou o Estado [...] este fenômeno deriva do fato de que a cidade se constitui na base fundamental do Estado para o exercício do poder em um determinado território” (Canziani 2012: 514).

Nos Andes Centrais, a instância mais básica da ocupação humana e das relações sociais está no conceito de *ayllu*. Este é definido como um tipo de agrupamento social constituído como unidade política, formado por indivíduos relacionados por laços consanguíneos (Moseley 1992; Murra 1989; Rostworowski 2007). As bases estruturais da produção e das relações sociais nos Andes davam-se a partir de modelos muito peculiares, pautados nas relações dos *ayllus* e suas chefias (*curacas*). Assim, um ou mais *ayllus* configuram um *curacado*, que envolve, portanto, uma conotação política nesse modelo de organização social e econômica.

É de se supor que os *ayllus* se organizavam como assentamentos humanos no espaço. Em quéchua, o termo que pode se referir a “cidade” ou assentamento é a palavra *llaqta*. De acordo com John Murra (1989: 62), um assentamento que controlava inúmeras *chacras* de cultivo era uma *llaqta*, que se traduz livremente como “aldeia” composta de vários *ayllus* ou grupos

de parentesco. Podemos estabelecer uma aproximação entre as lógicas de pólis com *ayllu* num sentido político/identitário, e de *ásty* e *llaqta* como núcleo urbano populacional/residencial, seguros de que o que é político e identitário para os gregos na pólis não necessariamente segue os mesmos critérios e práticas que para andinos em seus *ayllus*. Da mesma forma, *ásty* e *llaqta* não necessariamente se referem aos mesmos atributos para referir um núcleo urbano, e da mesma maneira como nos estudos clássicos gregos, existe uma dicotomia entre definir qualquer tipo de assentamento humano nos Andes como *llaqta* ou apenas aqueles que levam certas características, vistas como cidades. Além disso, é importante ressaltar que em alguns contextos ou quando relacionada a outras palavras, *llaqta* pode ter outras conotações na língua quéchua que não necessariamente se relacionam com a definição aqui apresentada.

A visão de Amos Rapoport (*apud* Smith 2010) destaca os referenciais cosmológicos, sociais e comportamentais que seguramente estão envolvidos no planejamento urbano antigo.¹¹ Também inclui orientações cardeais ou astronômicas, práticas comuns na antiguidade, verificáveis em diversas tradições urbanas. Diversos tipos de mensagem englobam a ideologia do poder, em muitos casos expressas na materialidade. Smith apresenta os três níveis de significado (alto, médio e baixo) das mensagens contido no pensamento de Rapoport, mas que não vamos discutir especificamente neste trabalho. Aqui vale apenas destacar a complexidade da dinâmica social envolvida nas escolhas para a organização

11 É evidente que na maioria dos casos os arqueólogos não têm acesso direto a esses conteúdos, bem como, aos objetivos, conceitos e ideias que envolvem as decisões de seus executores. Mas justamente acreditamos que é função dos arqueólogos mergulhar nos conhecimentos postos pela materialidade, aliados às informações culturais e dos processos históricos (quando existentes), com o objetivo de interpretar tanto os padrões quanto as diferenças. Apesar das limitações e dificuldades, pode-se produzir a partir dos dados analisados um conhecimento dos aspectos que conformam os desenvolvimentos da humanidade, buscando caminhos para uma compreensão da história e do comportamento dos seres humanos.

espacial, levando em conta diferentes níveis de hierarquia, controle ou simples necessidades.

Todavia, é interessante destacar, como no caso andino, em que é uma constante, aspectos da arquitetura e sua relação simbólica com o espaço natural, que apresentam diversos elementos da influência da configuração dualista, tripartite e tetrapartite, dos espaços, do cosmos e da organização social, o que pode ser observado em diversos sítios arqueológicos. Ambos Chavín de Huántar e Cusco (Canziani 2012), por exemplo, estão na junção de dois rios, onde dois cursos de água diferentes se juntam (o que pode ser interpretado como um *tinku*¹²) para formar um único rio. Como apontado por Richard Burger e Lucy Salazar (1993: 101), segundo os relatos, nos tempos incaicos, locais de encontro tanto naturais como culturais eram de grande importância do ponto de vista religioso. Os exemplos citados são importantes centros religiosos e do poder de períodos cronológicos distintos, sendo Chavín de Huántar estimada entre aproximadamente 1200500 a.C. e Cusco entre 13001532 d.C. Tal evidência, sugere o compartilhamento ao longo de milênios de aspectos da cosmovisão entre os povos andinos.

A própria organização espacial dos *ayllus* andinos e seus respectivos *curacados* apresentam princípios da organização espacial dual e tetrapartite. Talvez o exemplo mais claro dessa lógica é a divisão dual entre *Hanan* Cusco e *Hurin* Cusco, narrada pelos cronistas dos séculos XVI e VII d.C., que dividia os *ayllus* tanto espacialmente quanto simbolicamente, do posto de vista social e de linhagem. A própria lógica do *Tahuantinsuyu* (traduzido pelos cronistas espanhóis da época como “império das quatro regiões”) reflete a importância desses conceitos na organização espacial e sociopolítica incaica.

No Período Tardio nos Andes Centrais (com expressão máxima com os incas), o desenvolvimento de assentamentos urbanos

12 Conceito gerado a partir do verbo *tinkuy* (encontrar) em quéchua, refere-se simbolicamente aos momentos de encontro, numa perspectiva cíclica, fundamentais à continuidade do equilíbrio cósmico (Golte 2009: 21).

de maior escala (em muitos casos planejados) não modifica por completo os modos de vida anteriores. Não necessariamente deixam de existir, próximos ou afastados desses centros urbanos, assentamentos sedentários de comunidades com características próprias de populações de pescadores, camponeses agricultores ou pastores. Além disso, a julgar pelas estimativas populacionais do *Tahuantinsuyu*, é evidente que esses centros urbanos planejados correspondem à minoria da população. Ou seja, a grande maioria vivia em pequenos assentamentos rurais espalhados por todo o território (Murra 1975; 1989).

Os centros urbanos habitáveis incaicos como Huánuco Pampa, apesar de apresentarem na maioria dos casos um espaço habitacional considerável e especialmente de vivendas para elites, tinham função definida como centros administrativos, o que mostra sua relação com o modo de vida das comunidades rurais (Morris, 2013).

Concordamos com Morris que existe um planejamento central do Estado inca ao conceber seus núcleos urbanos com um caráter administrativo e cerimonial do território mais do que de centros de produção econômica artesanal ou residencial – ambas as atividades são evidenciadas em diversos sítios como Huánuco Pampa –, mas, obviamente, nem toda a produção artesanal era feita somente nesses centros administrativos, o que pode ser evidenciado no registro arqueológico de outros sítios contendo produção doméstica e pequenos ateliers. Da mesma maneira, nem toda população que estava sujeita às relações de produção com um determinado núcleo urbano viviam dentro ou sequer perto do centro administrativo.

De acordo com Milosz Giersz e Krzysztof Makowski (2014), com base em Katherina Schreiber (2010), os sítios urbanos referentes ao “império” huari (no Período Horizonte Médio andino, entre 600-1000 d.C.) não apresentam indícios (além da arquitetura) de que foram urbes populosas. Tais centros mais parecem albergues provisórios para grupos que se congregavam nos locais para render homenagens aos ancestrais ou cumprir com pagamentos de trabalho especializado (Giersz & Makowski 2014: 4546).

Destacamos o modelo econômico proposto por John V. Murra que trata da complementariedade dos pisos ecológicos. No livro *Formaciones económicas del mundo andino* (1975), escreve um capítulo chamado “El control vertical de un máximo de pisos ecológicos en la economía de las sociedades andinas”. Neste, com base nos dados levantados das visitas a comunidades indígenas por Iñigo Ortiz e Garcí Diez de San Miguel, sustenta um sistema econômico compartilhado por inúmeros grupos étnicos andinos, muito anterior aos incas.¹³

Nesse modelo, evidencia *ayllus* dispersos pelo território andino relacionados por parentesco, desde as montanhas e punas até as áreas de selva tropical e da costa desértica. Afirma que cada etnia detinha uma zona nuclear de sua população como centro do poder político e da produção. No entanto, planteia em seu modelo que em áreas periféricas existiam o que chama de ilhas ou arquipélagos espalhados por todas as direções cardiais, a distâncias de dias ou mesmo semanas dos seus núcleos, onde não estão sob controle de um único grupo étnico, caracterizando-se como zonas multiétnicas. Nelas estabeleciam rebanhos de lhamas e alpacas, desenvolviam variados cultivos e exploravam diversos recursos naturais aproveitando as particularidades dos climas, relevos, altitudes e demais fatores que possam ser considerados como influenciadores na diversificação da produção.

Dessa forma, os diversos pisos ecológicos eram ocupados por grupos de *mitmaes*¹⁴

13 Em seu trabalho, John Murra destaca cinco casos específicos para sua hipótese: os lupacas do Titicaca na Serra Sul, os chupaychu de Huánuco na Serra Central, o reino de Chimor na Costa Norte, e diversos outros grupos da Costa Sul e da região das terras baixas selváticas andinas. Nesses casos, demonstra diversos princípios dessa lógica de complementariedade de pisos ecológicos e da ocupação dos territórios dentro ou fora da lógica do controle vertical da paisagem.

14 Com os incas, esse modelo de ocupação possivelmente tomou proporções maiores e mais intensas na medida em que avançavam seus domínios nos Andes. Da mesma maneira, recebe outras conotações como a suposta transplantação de populações rebeldes em casos de rebeliões, que estão registradas nas fontes etnohistóricas do período colonial hispânico.

enviados às localizações estratégicas para assegurar funções da produção, bem como de práticas rituais, políticas e defensivas. A prática do sistema das *mitas* como modelo de tributação em mão de obra (posteriormente aproveitado e parcialmente modificado pelos colonizadores espanhóis) oferecia tanto a possibilidade de ocupações provisórias como de pequenas “colônias” de *mitmakunas* em novas regiões durante o apogeu do domínio incaico. Apesar da distância de seus núcleos étnico-culturais originais, conservavam seus costumes, direitos e laços com suas comunidades pelo parentesco. Isso não significa que durante o processo histórico essas comunidades não gerassem suas próprias particularidades e relações, independentemente do grau de tradicionalismo e de contato com seus parentes. Como apontado anteriormente, essas “ilhas” eram compostas por grupos étnicos, também políticos, distintos, que claramente estavam em constante contato entre si estabelecendo trocas não apenas de produtos, mas também de ideias.

Por fim destacamos a importância das questões levantadas rapidamente ao longo do texto referentes aos aspectos estruturais das relações sociais e econômicas do mundo andino (dentre outros aspectos gerais do universo da América indígena) para este debate teórico. Os princípios da reciprocidade e das relações de parentesco (Rostworowski 2007), bem como a ausência de uma noção de propriedade na lógica ocidental que conhecemos hoje, exerceram um protagonismo fundamental na lógica da ocupação dos espaços e das noções de territorialidade para os povos andinos pré-colombianos. Tudo isso, por assim dizer, oferece certas particularidades que devem ser levadas em conta para a compreensão do desenvolvimento urbano e do conceito de cidades quando comparamos os processos históricos da Antiguidade no Novo Mundo e no Velho Mundo.

Discussão final

A Revolução Neolítica foi um processo gradual. Alguns milhares de anos estão entre a mudança do Paleolítico e do Neolítico para os

denominados períodos formativos e arcaicos. Assim, na longa duração, o desenvolvimento da agricultura bem como a subsequente sedentarização têm um papel fundamental em profundas mudanças nos padrões de assentamento e em transformações sociais nas culturas do mundo antigo (incluindo as Américas e o Oriente), transformações reconhecíveis no registro arqueológico, mas que atendem a muitas especificidades.

Não é nada fácil definir todos os conceitos debatidos ao longo deste trabalho. Fizemos, a partir de uma síntese bibliográfica sobre o urbanismo e a cidade no mundo antigo, um exercício com a lista qualitativa de Gordon Childe, tentando demonstrar indiretamente em estudos de caso o quanto os arqueólogos estão ou não pautados nesse modelo. Não retomaremos aqui as conclusões de caso a caso, mas avançamos na reflexão sobre o uso de critérios analíticos para estabelecer categorias interpretativas do ponto de vista da arqueologia.

Nos trabalhos de ambos Frank Kolb (Kolb 1992: 78) e James Whitley (Whitley 2010: 3, 8), o conceito de cidade e urbanização apresenta atributos da lista de Childe. Ambos também destacam a todo o momento o papel do comércio e da indústria especializada (com destaque para a cerâmica em Whitley) no desenvolvimento de centros urbanos. Muitas das ideias de Kolb estão fundamentadas nas propostas de Childe (Kolb 1992: 94, 110).

Os autores relacionam o surgimento da pólis e da cidade, no entanto como processos paralelos distintos que se confundem. Kolb faz um gigante tratado discutindo as fontes arqueológicas e históricas do mundo grego e romano e determina que a pólis é anterior ao urbanismo e às cidades. Whitley propõe algo muito parecido e reforça as mudanças sociais (com ênfase na reforma *hoplita*) como marco do desenvolvimento da pólis. Kolb admite alguns exemplos de cidades entre os séculos VIII-VII a.C., mas destaca que são poucos (Kolb 1992: 74).

Na arqueologia andina em geral, vigoram duas vertentes que dialogam entre si em determinados momentos. Pudemos identificar uma tendência do materialismo histórico de Childe nas obras de Canziani e

Lumbreras em atribuir o desenvolvimento urbano, em especial do surgimento de cidades, à especialização do trabalho e do espaço, além do surgimento das classes sociais e dos Estados. A segunda vertente trabalha muito a questão da cosmovisão e sua lógica de organização social (que é pendular entre a verticalização e a horizontalidade do poder) como germe do urbanismo, como visto em Burger, Moseley, entre outros. Ambas as visões se complementam, o que muda é a ênfase em seus critérios analíticos e as principais forças que motivam a reprodução dos processos de urbanização.

Com base especialmente nos exemplos gregos e andinos citados neste trabalho, tanto na arqueologia Clássica como na arqueologia dos Andes Centrais, parece evidente o caráter rural agrário das ocupações, mesmo em seus períodos de maior esplendor urbanístico. Nos dois casos, os estudos que contemplam essa complementariedade são recentes. Os esforços na arqueologia andina em identificar assentamentos menores, destituídos de monumentalidade é uma prática incomum (para não dizer inexistente). O urbano deve, portanto, contemplar também esse ponto de vista para uma compreensão mais profunda dos processos históricos marcados na materialidade.

A discussão apresentada em todos os exemplos mencionados mostra quão efêmero pode ser estabelecer critérios rígidos para definir processos de urbanização e surgimento de cidades. Da mesma maneira, parece pouco produtivo estabelecer um número específico (arbitrário) de critérios para qualificar de maneira monolítica o que vemos no registro arqueológico referente aos assentamentos humanos para sua incorporação na categoria de cidade, entre outros. No entanto, em muitos casos esses critérios são o que nos permite organizar e entender esse registro. Talvez estar preso a eles na interpretação seja o problema, especialmente em casos onde não encontramos exatamente aquilo que consideramos características básicas desses critérios.

A história da humanidade pode até conter alguns traços de desenvolvimento em comum,¹⁵ mas é o contexto ou o processo histórico que desenrola todos os outros processos, por exemplo, de urbanização. Logo, acreditamos que a lista de Childe ou outros critérios e categorias analíticas devem ser tomados mais como um guia para organizar nossos pensamentos do que como um conjunto de regras a ser seguido. O mesmo se aplica à criação de modelos, úteis para serem testados em diversas situações no registro arqueológico, mas comumente problemáticos na medida em que forçamos um direcionamento para encaixá-los, buscando desesperadamente provar nossas próprias convicções sobre o que é considerado cidade, urbano, presença/ausência de planejamento ou resultado de organizações sociais como, por exemplo, de Estados.

No que diz respeito especificamente aos temas debatidos no trabalho, em nossa opinião, a palavra “assentamento” parece ser mais útil, bem como menos problemática, ao designar áreas ocupadas por grupos humanos e seus conjuntos de estruturas arquitetônicas (monumentais ou não). Não se exclui o uso de termos como cidade, núcleo urbano, cidade grega, centro cerimonial etc. para a interpretação do assentamento, mas esses, em quase 100% dos casos, necessitam ou de uma grande flexibilização, ou que o pesquisador assuma critérios de atributos ou modelos; presentes versus ausentes.

Os termos específicos são importantes e igualmente imprescindíveis em muitos casos. Ajudam na interpretação das funções do sítio (ou de cada uma de suas estruturas), mas de toda forma carregam essa subjetividade do olhar e das escolhas do arqueólogo.

Apesar de parecer contraditório, para nós é evidente que essa necessidade objetiva (por que não dizer cartesiana) de estabelecer conceitos, critérios, características (o que nos mantém

15 Evolução não como uma norma, mas como direções. Pois, para nós, envolve múltiplas alternativas em nada deterministas, tanto nos processos históricos, quanto na própria condição biológica de ser humano e ou de se viver em sociedade, como discutimos em nossa dissertação de mestrado (Figueiredo 2014).

dentro da cientificidade empírica) é por si repleta de subjetividade. Esses critérios etc. são criados a partir de nossos próprios olhares e concepções formados logicamente por nossa individualidade. Especialmente, de nossas escolhas de referencial teórico, em conjunto com o contexto de produção científica de nosso tempo.¹⁶

Em alguns casos, a definição de um sítio arqueológico como cidade ou núcleo urbano será evidente (dentro dos critérios escolhidos), mas em outros uma visão complementar de seus arredores (para além do núcleo urbano) é o

que poderá explicar melhor a sua composição. Via de regra, compreender as especificidades dos fenômenos urbanos do mundo antigo despregado de conceitos e ideias pré-estabelecidas que seguramente limitam nossa compreensão dos fenômenos históricos por traz do registro arqueológico. Os diversos exemplos demonstrados neste trabalho urgem por explicações que nem sempre (ou talvez quase nunca) se adequam aos modelos explicativos pré-estabelecidos por nossos modelos teóricos tradicionais.

FIGUEIREDO, M.L.B. The new and the old world: a comparative synthesis within the theoretical debate in the history of urbanism for archaeology. *R. Museu Arq. Etn.*, 31: 35-55, 2018.

Abstract: This paper seeks a synthesis of the theoretical review over the so-called civilizational process, and its cultural development concerning the urban phenomena in the ancient world. It aims to discuss the relationship between Gordon Childe's qualitative list of Neolithic Revolution's attributes, and its intrinsic relationship concerning the emergence of the cities and urbanization processes. Thus, we shall compare several models of occupations referred to as urban concerning the ancient Mediterranean, Mesoamerican and Andean worlds, discussing the main views on the historiography of some aspects of urban developments of the ancient Greek cities compared to processes during Andean Formative and Late periods.

Keywords: Ancient cities; Urbanization; Neolithic Revolution; New world; Old world.

Referências bibliográficas

Alva Meneses, N.I. (Org.). 2012. *Ventarrón y Collud: origen y desarrollo de la civilización en la Costa Norte del Perú*. Unidad Ejecutora 105 Naylamp/Lambayeque, Lambayeque.

Burger, R. 1992. *Chavín and the origins of the Andean civilization*. Thames and Hudson, London.

Burger, R.; Salazar, L. 1993. El centro sagrado de chavín de Huantar. In: Townsend, R. (Ed.). *La Antigua América: el arte de los parajes sagrados*. Art Institute of Chicago, Chicago; Grupo Azbache, Ciudad de México, 265-277.

16 Gordon Childe e suas propostas sobre o tema debatido neste trabalho só podem ser entendidos em seu contexto de produção e pensamento. Isso não os torna distantes e ultrapassados, ao contrário, são uma referência a ser revisitada e debatida à medida que surgem novas descobertas arqueológicas, e os debates teóricos próprios da arqueologia avançam.

Canziani, J. 2012. *Ciudad y territorio en los Andes: contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico*. 2. ed. Fondo Editorial PUCP, Lima.

- Castillo, L. 2006. Origem, desenvolvimento e colapso das sociedades mochicas. In: Alva, W. (Ed.). *Tesouros do Senhor de Sipán Peru: o esplendor da cultura mochica*. Stilgraf Gráfica e Editora, São Paulo, 125-135.
- Childe, G. 2004. The Urban Revolution. In: Patterson, T.E.; Orser, C. *Foundations of social archaeology*. Altamira Press, New York, 107-116.
- Clastres, P. 1982. *A sociedade contra o Estado*. 2. ed. Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro.
- Coulanges, F. 2006. *A cidade antiga*. eBooksBrasil, sem local. Disponível em: <<http://bit.ly/32TUapG>>. Acesso em: 25/07/2019.
- Figueiredo, M. 2014. *Política e religião no Tahuantinsuyu Inca: evidências das relações centro x periferia de Cusco na cerâmica arqueológica da Costa Norte peruana*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Florenzano, M.B. (Coord.). 2009. *Cidade e território na Grécia antiga: organização do espaço e sociedade*. Projeto de pesquisa Labeca, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gat, A. 2000. Why city-states existed? Riddles and clues of urbanisation and fortifications. In: Hansen, M.H. (Ed.). *A comparative study of thirty city-State cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen Polis Centre, Copenhagen, 125-139.
- Giersz, M.; Makowsk, K. 2014. El fenómeno Wari: tras las huellas de un imperio prehispánico. In: Giersz, M.; Pardo, C. (Eds.). *Castillo de Huarmey: el mausoleo imperial Wari*. Mali, Lima, 34-67.
- Golte, J. 2009. *Moche, cosmología y sociedad: una interpretación iconográfica*. Instituto de Estudios Peruanos, Cusco.
- Grube, N. 2000. The city-states of the Maya. In: Hansen, M.H. (ed.): *A comparative study of thirty city-State cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen Polis Centre, Copenhagen, 547-565.
- Hansen, M.H. 2000. The concept of city-State and city-State culture. In: Hansen, M.H. (Ed.). *A comparative study of thirty city-State cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen Polis Centre, Copenhagen, 11-34.
- Kolb, F. 1992. *La ciudad en la antigüedad*. Grevos, Madrid.
- Labeca. 2010. *A organização da khóra: a cidade grega diante da sua hinterlândia*. Projeto temático de pesquisa Labeca (2010-2014). Labeca, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lawrence, D.L.; Low, S.M. 1990. The built environment and spatial form. *Annual Review of Anthropology* 19: 453-505. Disponível em: <http://bit.ly/2MgogOm>. Acesso em: 15/07/2019.
- Lind, M.D. 2000. Mixtec city-states and Mixtec city-State culture. In: Hansen, M.H. (Ed.). *A comparative study of thirty city-State cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen Polis Centre, Copenhagen, 567-580.
- Lumbreras, L.G. 1972. *De los orígenes del Estado en el Perú: nueva crónica sobre el viejo Perú*. Carlos Milla Batres, Lima.
- Morris, C. 1999. La arquitectura del Tahuantinsuyu. In: Franklin Pease, G.Y. (Ed.) *Los Incas, arte y símbolos*. Banco de Crédito del Perú. Lima, 1-60.
- Morris, C. 2013. *El palacio, la plaza y la fiesta en el Imperio inca*. Fondo Editorial PUCP, Lima.
- Moseley, M. 1992. *The Incas and their ancestors: the archeology of Peru*. Thames and Hudson LTD, New York.
- Murra, J.V. 1975. *Formaciones económicas del mundo andino*. Instituto de Estudios Peruanos, Lima.
- Murra, J.V. 1989. *La organización económica del Estado inca*. Siglo Veintiuno Editores, México D.F.

- Niemeyer, H.G. 2000. The early Phoenician city-states on the Mediterranean: archaeological elements for their description. In: Hansen, M.H. (Ed.). *A comparative study of thirty city-State cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen Polis Centre, Copenhagen, 90-115.
- Patterson, T.E.; Orser, C. 2004. *Foundations of social archaeology*. Altamira Press, New York.
- Pozorski, T.; Pozorski, S. 1993. Early complex society and ceremonialism on the peruvian north coast. In: Millones, L.; Onuke, Y. (Eds.). *El mundo ceremonial Andino*. National Museum of Ethnology, Osaka, 45-68.
- Rostworowski, M. 2007. *Estructuras andinas del poder: ideología religiosa y política*. Instituto de Estudios Peruanos, Lima.
- Santillana, J.I. 2013. Prefacio: innovación y hermenéutica en los estudios arqueológicos incas. In: Morris, C. (Ed.). *El palacio, la plaza y la fiesta en el Imperio inca*. Fondo Editorial PUCP, Lima, 17-30.
- Santillana, J.I. 1999. Andenes, canales y paisaje. In: Franklin Pease, G.Y. (Ed.). *Los incas: arte y símbolos*. Banco de Crédito del Perú, Lima, 61-109.
- Smith, M.E. 2010. Forma e significado nas cidades antigas: uma nova abordagem para o planejamento urbano. Disponível em: <<http://bit.ly/32X92Un>>. Acesso em: 26/07/2019.
- Whitley, J. 2010. A cidade, o Estado e a pólis. Disponível em: <<http://bit.ly/2OhC65x>>. Acesso em: 26/07/2019.